



NOTÍCIAS DO DIREITO

Timor-Leste

junho a agosto de 2020

BANCÁRIO E FINANCEIRO

Alterações ao Sistema de Garantia de Crédito para Pequenas e Médias Empresas

Em 2017, foi criado o sistema de garantia de crédito para pequenas e médias empresas com o objetivo de impulsionar a concessão de crédito às PMEs de Timor-Leste por parte das instituições financeiras a operar no país. O Governo alterou agora, mediante o Decreto-Lei n.º 32/2020, de 26 de agosto, alguns aspetos do respetivo regime, nomeadamente no que diz respeito à classificação das micro, pequenas e médias empresas abrangidas pelo sistema.

PENAL E COMPLIANCE

Nova Lei Anticorrupção

O Parlamento Nacional aprovou recentemente a Lei n.º 7/2020, de 26 de agosto, pela qual são aprovadas as medidas de prevenção e combate à corrupção. A nova Lei

Anticorrupção, que entrará em vigor 180 dias após a sua publicação, tem um âmbito extremamente vasto, incluindo não só regras sobre os tipos de “crime de corrupção” e respetivo regime punitivo, como também cobrindo um leque alargado de outros assuntos, incluindo regras sobre recrutamento de ex-agentes públicos, adoção de códigos de conduta por parte de entidades públicas e privadas, regras sobre concursos públicos, caducidade e prescrição de crimes e penas, corrupção em negócios privados, investigação criminal, e congelamento e apreensão de bens, entre outros.

ESTATAL

Novas Regras de Organização da Administração Direta e Indireta do Estado

Foram aprovadas novas regras sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Estado, através do Decreto-Lei n.º 30/2020, de 29 de julho. Com este diploma o Governo pretende estabelecer regras sobre a estrutura da administração direta e das entidades que integram a administração indireta do Estado, bem como definir o funcionamento da mesma de forma a promover a eficácia da sua atuação. Este diploma estabelece, assim, regras sobre as competências, tipos de atos emitidos por cada entidade, e respetiva forma de emissão, bem como sobre o seu funcionamento interno e estrutura. As entidades abrangidas por este diploma deverão adaptar os seus estatutos e regulamentos internos às novas regras ora estabelecidas.

Criada a Eletricidade de Timor-Leste, E.P.

Mediante o Decreto-Lei n.º 29/2020, de 22 de julho, o Governo criou a empresa pública Eletricidade de Timor-Leste, EP (“EDTL, EP”), e aprovou os respetivos estatutos. A EDTL, EP, propõe, acompanha e assegura a execução da política nacional do setor energético, garantindo a gestão sustentável e integrada da produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica.

Segunda Alteração à Orgânica do VIII Governo Constitucional

O Decreto-Lei n.º 27/2020, de 19 de junho, procede à segunda alteração à orgânica do VIII Governo Constitucional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 14/2018, de 17 de agosto. A estrutura do Governo e número de Ministros e as suas competências mantêm-se, sendo clarificadas as atribuições da Presidência do Conselho de Ministros em matéria de reforma e modernização administrativa, e delimitando com maior precisão as atribuições do Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos.

PETRÓLEO E GÁS

Reserva para a TIMOR GAP de um Interesse Participativo de 20% nos Contratos de Partilha de Produção

O Governo aprovou a Resolução n.º 15/2020, de 3 de junho, pela qual reserva para a Companhia Nacional de Petróleo, TIMOR GAP, E.P., um interesse participativo máximo de 20% em todos os contratos de partilha de produção (CPP) celebrados no âmbito do concurso público de atribuição de direitos petrolíferos em curso. Caso a TIMOR GAP pretenda aumentar a sua participação, poderá submeter-se a concurso nos mesmos termos dos demais concorrentes.

Aprovada Segunda Alteração do Regulamento sobre a Instalação e Operação de Postos de Abastecimento de Combustível

A Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais (“ANPM”) aprovou o Regulamento n.º 1/2020, de 19 de junho, pelo qual procede à segunda alteração do Regulamento sobre a instalação e operação de postos de abastecimento de combustível, aprovado pelo Regulamento da ANPM n.º 1/2013, de 18 de setembro. As alterações consistem em ajustes à implementação das especificações técnicas e padrões aplicáveis aos Postos Rodoviários de Abastecimento de Combustível, de forma a garantir a segurança geral da população, bem como na revisão das taxas aplicáveis aos referidos postos de abastecimento.

SAÚDE

Alterado regime das Unidades Privadas de Saúde

Através do Decreto-Lei n.º 23/2020, 10 de junho, o Governo aprovou a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2004, de 1 de dezembro, sobre Unidades Privadas de Saúde. Esta alteração visa atualizar e clarificar o processo de licenciamento, bem como estabelecer o regime das policlínicas.

Para mais informações acerca do conteúdo destas Notícias do Direito, queira contactar:

Ricardo Alves Silva

Ricardo.Silva@mirandalawfirm.com

mirandaalliance

MEMBROS ANGOLA | BRASIL | CABO VERDE | CAMARÕES | COSTA DO MARFIM | GABÃO | GUINÉ-BISSAU | GUINÉ EQUATORIAL
MACAU (CHINA) | MOÇAMBIQUE | PORTUGAL | REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO | REPÚBLICA DO CONGO | SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
SENEGAL | TIMOR-LESTE **ESCRITÓRIOS DE LIGAÇÃO** EUA (HOUSTON) | FRANÇA (PARIS) | REINO UNIDO (LONDRES)

© Miranda Alliance, 2020. A reprodução total ou parcial desta obra é autorizada desde que seja mencionada a sociedade titular do respetivo direito de autor. Aviso: Os textos desta comunicação contêm informação de natureza geral e não têm por objetivo ser fonte de publicidade, oferta de serviços ou aconselhamento jurídico; assim, o leitor não deverá basear-se apenas na informação aqui consignada, cuidando sempre de aconselhar-se com advogado. Este conteúdo é distribuído gratuitamente aos nossos clientes, colegas e amigos.